

Avaliação da/na educação superior: a contraface da qualidade*

*Fabiana Cabrera Silva Santos***

*Sergio Marcus Nogueira Tavares****

Resumo

Este artigo se propõe a refletir sobre a avaliação da educação superior que constrói novas semânticas e propõe novas relações para pensar sua qualidade, a partir das reformas da educação superior da década de 1990. Para tal, põe em debate os processos avaliativos engendrados nos discursos neoliberais emergentes pelos reformistas da educação. Evidencia-se que o debate sobre o tema precisa avançar para além do “quanto” (ênfase no quantitativo) e perseguir o “por quê” (ênfase no qualitativo), que apresenta novas narrativas e sugere práxis que enaltecem os processos e não apenas os resultados. Desta forma, o texto objetiva elucidar o potencial pedagógico e institucional da avaliação – interna e externa – no ensino superior quando compreendida como componente do ato educativo.

Palavras-chave: Ensino Superior. Avaliação. Governança universitária. Capitalismo acadêmico.

* Artigo elaborado na disciplina *Gestão e Financiamento da Educação no Brasil*, no Programa de Pós-graduação em Educação, ministrada pelo Prof. Dr. Sergio Marcus Nogueira Tavares – 1º semestre de 2020.

** É Doutoranda em Educação (PPGE - UMESSP). Pedagoga, Licenciada em Letras-Língua Portuguesa e Mestre em Educação (UMESP). Especialista em Formação de Professores – Ênfase Ensino Superior (IFSP). Coordenadora Pedagógica da EaD/UMESP. Coordenadora Local no curso de Pedagogia – PARFOR/UMESP. fcs3@uol.com.br

*** É Doutor em Educação (PPGE – UFSCar), Mestre em Administração Escolar (UNIMEP) e Administração de Empresas (UNIMEP). Gestor universitário, professor e Coordenador da Pós-graduação em Educação da UMESSP. sergio.tavares@metodista.br

Evaluation of / in higher education: beyond quality

Abstract

This article aims to reflect about university evaluation methods that are building new semantics and thus proposes new relationships to reflect about quality, from the higher education reforms in the 1990s. To this end, it puts into question evaluation processes engendered in neoliberal discourses, emerging by education reformers. The debate needs to go further “how much” (emphasis on the quantitative) in order to pursue “why” (emphasis on the qualitative), which have been presenting new narratives and it suggests enhancing praxis through those processes and not just results. In this way, the text tries to elucidate pedagogical and institutional potential of evaluation - internal and external - in the university context when it is understood as an educational act component.

Keywords: University Education. Assessment. University governance. Academic capitalism

Evaluación en / de la educación superior: la otra cara de la calidad

Resumen

Este artículo propone reflexionar sobre la evaluación de la educación superior que construye una nueva semántica y propone nuevas relaciones en búsqueda de pensar la calidad a partir de las reformas de la educación superior en la década de los noventa. Para ello, cuestiona los procesos evaluativos engendrados en los discursos neoliberales emergentes de los reformistas de la educación. Es evidente que el debate sobre el tema debe ir más allá del “cuánto” (énfasis en lo cuantitativo) y perseguir el “por qué” (énfasis en lo cualitativo), que presenta nuevas narrativas y sugiere praxis que potencien los procesos y no solo los resultados. De esta forma, el texto pretende dilucidar el potencial pedagógico e institucional de la evaluación - interna y externa - en la educación superior entendida como un componente del acto educativo.

Palabras clave: Educación Superior. Gobernación Universitaria. Capitalismo Académico.

Introdução

“A universidade não mais (re)age, ela opera (SIGAHI; SALTORATO, 2018, p. 532)”. Esta afirmativa permite iniciar o diálogo sobre avaliação no ensino superior. Pois, a avaliação na educação superior tem sido compreendida, única e exclusivamente, como uma representação numérica dos aspectos passíveis de quantificação que compõem o cenário desta etapa da educação. Os contornos mercadológicos – competitividade, eficiência, produtividade, posicionamento e publicização - apresentam ao ensino superior novas configurações – estruturais, educacionais, sociais e gerenciais – são, docilmente, naturalizadas nos processos de gestão, currículo e práticas pedagógicas.

Nesses contornos capitalistas, a avaliação passa a ocupar a centralidade dos processos – educativos e de gestão – por (re) colocar as instituições de ensino dentre as principais instituições promovidas pelos *rankings*. Nessa perspectiva, a avaliação assume novos campos semânticos que se distanciam da concepção formativa, emancipatória e processual que o ato avaliativo pressupõe em sua essência.

Mas de onde vem tudo isto? O processo de reformas da educação superior, visando à expansão do sistema, a partir da década de 1990, privilegiou uma concepção de Estado não necessariamente executor da educação, que poderia ser terceirizada, transferida ao privado e até mesmo ao privado lucrativo. Disto resultaram fortes mudanças e transformações no perfil das instituições de ensino superior, ampliação da oferta de cursos, campi e vagas, interiorização e financeirização das instituições. Nessa esteira, a avaliação surge como um novo papel do Estado, menos executor e mais regulador e controlador do sistema universitário.

É a partir dessa moldura que o presente artigo busca problematizar a avaliação na/da educação superior e de que maneira ela possibilita e cria (novos) produtos para retroalimentar o sistema capitalista acadêmico, que se instala nesse contexto neoliberal. Desta forma, o artigo é constituído da seguinte forma: a) avaliação e

educação: tensões em pauta; b) avaliação e governança universitária: desafios em permanência; e, c) emergências contemporâneas e o protagonismo institucional: vias possíveis para o resgate do sentido real da avaliação. Tais agendas serão discutidas a partir dos pilares teóricos dos autores: Calderón & Martins (2019) que aprofundam a discussão acerca da produção, função e consequências dos principais rankings avaliativos na educação superior e, ao mesmo tempo, apresentam algumas vias possíveis que se apresentam como propostas contra hegemônicas; Dias Sobrinho (2010) que tece, a partir de críticas aprofundadas, reflexões sobre a apropriação da avaliação pelos reformistas educacionais em prol da pseudo-qualidade na educação superior; dentre outros autores que compõem essa discussão numa perspectiva plurivocidade de interpretações.

Avaliação e ensino superior: tensões em pauta

A prolongada discussão sobre a avaliação como um componente do processo educativo sempre esteve em pauta nas pesquisas e produções acadêmicas na ciência da educação. Na educação superior, a avaliação se torna lugar comum na comunidade acadêmica, com poucos espaços para tecer reflexões sobre concepções, práticas e seu papel nos fluxos pedagógicos. Tais ausências podem estar atreladas a outras discussões como docência universitária, formação permanente, políticas institucionais – mas, que não serão contempladas neste artigo por conta do recorte temática que se propõe neste momento.

O exercício de compreender a avaliação neste nível da educação está em contextualizar as bases epistemológicas que iluminam as práticas avaliativas, no movimento do macro para o micro. Ou seja, como as avaliações externas são apreendidas pelo micro, institucional. É, pois, no “interior da escola que se joga o destino das políticas públicas maiores (FREITAS, 2016, p. 147)”. Em outros termos, são as avaliações externas que definem os currículos, as metodologias de ensino, a gestão.

A educação, concebida como prática social, intencional e sis-

tematizada, não descola dos seus contextos e, conseqüentemente, demandas sociais. Por isso, a dimensão temporal é uma qualidade que alarga os sentidos e compreensões dos fluxos educativos que, neste contexto, possibilita interpretar o presente. Nesse movimento transtemporal – entre passado – presente – futuro –, a ideia da avaliação como representação numérica na educação superior vem acompanhar a expressiva expansão do ensino superior – em meados dos anos 90 –, potencializada pela iniciativa privada. É neste recorte histórico também que o papel do Estado se altera: de provedor para regular do acesso à educação.

Esta posição do Estado frente às demandas educacionais, recolocam a avaliação como um instrumento que regula as regras do mercado educativo, de maneira que o “produto ensino superior” possa ser controlado a partir das intencionalidades do capitalismo acadêmico, os indicadores que produzem conceitos e rankings. Em outras palavras, é “o entendimento da avaliação da aprendizagem como coleta sistemática de dados a fim de assegurar o controle da ‘qualidade do produto’ (SOUZA, 2012, p. 239). Trata-se de um processo com nova ressignificação de sentidos na educação superior e que reflete diretamente na avaliação, posto que alcança os atores educacionais e um novo cotidiano que se reconstrói sob a lógica mercantil.

É a partir deste panorama que a avaliação se torna um termômetro para os interesses da produção privada. Partindo da acepção de Dias Sobrinho (2010, p. 202), “a avaliação se tornou um instrumento importante para informar o mercado de trabalho a respeito da qualidade e do tipo de capacitação profissional que os cursos estão oferecendo, bem como para indicar as IES que estaria mais ajustada às exigências da economia”. Avaliação, nesse sentido, como sinônimo de prestação de contas aos reformadores e investidores educacionais, um verdadeiro *accountability* educacional.

Nota-se, nesta leitura sociológica, que a avaliação é distorcida, em sua essência. Ou seja, a avaliação como espaço para a diversidade, à serviço da aprendizagem é silenciada em prol da ava-

liação que homogeneiza, padroniza, valorização a uniformização e, ao mesmo tempo, rotula. E, ao priorizar o resultado e não os processos, acaba determinando para os currículos se dedicarem a ensinar para os exames.

Com a lei nº 18.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) consolida a ideia de avaliação como instrumento que possibilita verificar como as regras têm sido efetivadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES). O Sistema é imprime marcas da contradição quando propõe, por exemplo, o mesmo instrumento para avaliar diferentes IES, desprezando assim a natureza, a diversidade regional e a relevância dos resultados da IES para a sociedade. Outro ponto crítico do sistema está em reduzir a Universidade em: desempenhos (ingressantes e formandos), infraestrutura, titulação docente e condição sociocultural dos alunos – como se só estes elementos compusessem o contexto da educação superior. Esse reducionismo técnico que caracteriza os (principais) instrumentos de avaliação da educação superior enfraquece significativamente o verdadeiro papel histórico e social da educação superior, não favorecendo a ousadia e a excelência em ser universidade.

O capitalismo acadêmico alimenta a competitividade e esta atitude encontra ecos, especialmente, nas atividades de pesquisa e extensão que possibilitam, nas lentes dos empreendedores educacionais, comprovar as evidências dos seus investimentos. E, o ensino, nesta dinâmica mercadológica, não consegue ser “medido”, portanto, desprezado, desqualificado nos espaços educativos. Isto é, “os indicadores da maioria dos rankings acadêmicos são baseados no que pode ser medido e não no que é significativo (CALDERÓN; MARTINS, 2019, p. 108).”

A ideia da avaliação como regulação está em consonância com o processo que Baouventura de Souza Santos chamou de globalismo localizado, quando:

determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo desenvolve a capacidade de designar como local outra

condição social ou entidade rival. [...] Não existe globalidade genuína; aquilo que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo. [...] globalização pressupõe localização (1997, p. 14)

Esse globalismo localizado na (re)leitura dos autores Calderón e Martins está em entender que os:

[...] critérios e metodologias dos rankings tendem a corroborar tendências globais acerca da ‘qualidade e excelência na educação superior’ de acordo com os padrões dos países centrais e dos organismos internacionais, alinhados ao projeto de expansão e sobrevivência do processo de financeirização da educação e interesses produtivos imediatos (2019, p. 40).

Os principais rankings globais - *Academic Ranking of World Universities* (ARWU); *Times Higher Education World University* (THE); *QS World University Rankings* - expressam o conceito acima quando aplicados em diferentes realidades, inclusive brasileira. Estes vêm, de fato, regular os modelos universais de educação superior.

Partindo da ideia de que esse processo não é neutro, genuíno, a avaliação é um campo em tensões, em permanente disputa. Pois, outra característica desses rankings é forma simplista como os resultados são publicados, o que facilita sua disseminação e, ao mesmo tempo, apreensão por parte dos interessados, neste caso, os estudantes.

Diante do exposto, a educação superior é construída num espaço-tempo em tensões. A tensão pressupõe movimento, ações que podem compreender respostas: contra hegemônicas ou contraditórias. A primeira busca recolocar a avaliação no fluxo pedagógico para a retroalimentação: das aprendizagens e a formação de professores. E, a segunda prática evidencia as contradições que alimentam os discursos e retóricas empresariais.

Avaliação e governança universitária: desafios em permanência

A avaliação é uma atitude que pressupõe uma tomada de decisão. Esse *continuum* que reveste a atitude avaliativa permite, neste momento, problematizar as práticas avaliativas existentes no campo

educacional superior. A relação entre avaliação e gestão educacional provocam reflexões: de que maneira a avaliação implica na tomada de decisões? Como as práticas avaliativas – externas e internas – retroalimentam a identidade da IES? De que maneira essa relação (des)(re)constrói o perfil do gestor educacional? Na sessão anterior, foi anunciado o desafio de pensar a avaliação a partir de algumas vias: hegemônicas ou contra hegemônicas. É este um dos dilemas que vive a gestão universitária quando o assunto é a avaliação: como universalizar o acesso, garantir a permanência, sem desconsiderar a diversidade? Como equilibrar as aspirações das avaliações externas e do projeto formativo institucional? São estes, entre outros, os desafios em permanência que acompanham a governança das IES.

A expansão de *rankings* acadêmicos mundiais, regionais e nacionais, em âmbito global, está impactando visivelmente a governança das instituições de educação superior (IES), especificamente na forma como elas processam as múltiplas pressões intrainstitucionais e extrainstitucionais por qualidade educacional, prestação de contas, transparência de informações e controle social, dentro do contexto da cultura da performatividade e dos processos de regulação nacionais e transnacionais (CALDERÓN; MARTINS, 2019, p. 16)

As pressões citadas pelos autores ganham proporções consideráveis nas instituições privadas. Pois, nestas IES, o aspecto econômico se sobrepõe aos demais aspectos: educacional, social e formativo. E, para sobreviver nesta corrida por captação de alunos a partir das posições ocupadas nos rankings, as universidades passaram a redesenhar o perfil dos gestores: aqueles que apresentam lideranças de mercado, que aspiram posicionamento no mercado educativo. Por outro lado, há gestores que buscam o equilíbrio entre o pedagógico e a gestão.

Esse último perfil encontra-se em constante conflito porque ao mesmo tempo que almeja ver sua Instituição entre as melhores, por outro lado, busca aproximar tal desejo do projeto formativo institucional que, em sua maioria, não encontra consonância nas dimensões que compreendem os instrumentos de avaliação externa. É,

pois, nesse dilema permanente que alguns gestores, até para se manterem empregados em instituições privadas, por vezes, acabam sendo seduzidos pelos resultados e passam a aderir a práticas que coadunam com o projeto formativo neoliberal. É, em outras palavras,

quando exames nacionais têm pesos excessivos na avaliação, surge um efeito de modelamento curricular de cima para baixo, uma pasteurização da formação sem envolvimento dos docentes, atores principais do processo de construção da qualidade, [...] transformando a relação didático-pedagógica em mero treinamento de estudantes para a prova, induzindo currículos, reduzindo o espaço para a construção reflexiva e desenvolvimento dos cursos (DIAS SOBRINHO *apud* SCAGLIONE; NITZ, 2013, p. 51).

Como citado anteriormente, o espaço da avaliação interna assolada pelas pressões das avaliações externa, é ocupado por práticas avaliativas que buscam, unicamente, a performatividade docente e discente na realização dos exames externos. Não se trata de culpabilizar somente os profissionais da educação por alimentar práticas avaliativas reduzidas à aplicação de simulados, provas. Nota-se que a presença das avaliações no processo educativo, da maneira como vem sendo conduzida, inverte os processos, por isso, Freitas (2016, p. 146) nos alerta: “temos olhado muito para a política educacional [...] e pouco para a política local de cada escola.” Ou, quando olhamos para o contexto local, “o que prevalece é uma política de responsabilização autoritária e não participativa.”

E quando as relações de mercado adentram nos espaços educativos, demarcam espaços baseados no individualismo, na competitividade, na eficiência e na eficácia. A avaliação, nesse sentido, está mais “[...] voltada para a identificação e seleção dos ‘melhores’ por meio de *rankings* classificatórios, com vistas ao estabelecimento de políticas de incentivos e financiamentos (PEIXOTO, 2003, p. 208)”. Nesse sentido, a avaliação fica assumida como vitrine que expõe as posições das IES nos *rankings* das principais avaliações da educação superior. E aí de quem ficar mal posicionado nesses rankings e dos seus gestores....

Novos agentes passam a considerar a avaliação em suas ações, discursos e planos, porém com aspirações distintas, como definem Calderón e Martins (2019):

[...] os políticos se referem regularmente às classificações nos rankings como uma medida de força e aspirações econômicas de seu país, as universidades as usam para ajudar a estabelecer e definir metas que mapeiam seu desempenho em relação às várias métricas, os acadêmicos usam as classificações para reforçar sua própria reputação e *status* profissional, e os alunos usam para ajudá-los a fazer escolhas sobre onde estudar (p. 22).

É o que Freitas (2016) chama de cristalização da relação entre médias altas consequentemente “boa educação”, qualidade. O autor continua, “essas propostas, porém, não se manifestam sobre as condições de trabalho e aprendizagem disponíveis nas escolas (ou fora delas), partindo do pressuposto de que essas são uma questão de ‘gestão eficiente’ e de responsabilidade da escola e do gestor (p. 143)”. Há, nesse sentido, um abismo entre as condições reais e as condições apresentadas pela lógica dos instrumentos avaliativos em larga escala. Por outro lado, essa distância importa às manobras de privatização que se apoiam no discurso ideológico que somente a iniciativa privada é capaz de garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes. Esse discurso ideológico alimenta a crença de que a melhoria da qualidade educacional se dá pela concorrência em mercado aberto, tal como nas organizações capitalistas em geral.

Como já expressado anteriormente, o movimento em defesa da profissionalização docente que, dentre seus desdobramentos, busca construir, consolidar e reafirmar os lugares que compreendem os saberes pedagógicos com os profissionais da educação, passam a retroceder nesse contexto. Para que a IES possa concorrer no mercado educacional, acaba compondo uma equipe gestora com profissionais de diferentes áreas - preferencialmente economistas - aqueles que conseguirão desenvolver as melhores estratégias de mercado e propor a implementação dos modelos empresariais nos contextos educativos.

Acentua-se, desta maneira, a concepção da avaliação *da* aprendizagem e não *para* a aprendizagem. No tocante a governança universitária, a avaliação mira os rankings para atrair novos alunos-clientes; quer o seu lugar ao sol: estar na vitrine da coleção de posições nos rankings universitários.

Emergências contemporâneas e o protagonismo institucional: vias possíveis para o resgate do sentido real da avaliação

Para Aganbem (2009), o contemporâneo está entre o *continuum* e, ao mesmo tempo, descontínuo, conexo e desconexo, dissociação e indissociável. Os recortes temáticos propostos por este artigo não pretendem alimentar uma atitude de resistência às avaliações externas. Mas, as reflexões propostas almejam lançar miradas em vias possíveis que aproximam, ao mesmo, que distanciam objetivos externos e internos. E que nessa tessitura a avaliação possa ser resgatada como aquela que direciona o objeto na trilha, no processo, como aquela que investiga, pesquisa. É avaliação enquanto práxis.

Ainda nesta perspectiva de avaliação como movimento, Dias Sobrinho (2003) coloca os resultados da avaliação externa como “finalidade de identificar os acertos e dificuldades frentes aos objetivos de levar à melhoria institucional e de constituir uma universidade comprometida com o desenvolvimento científico e social” (p. 212). O autor acentua a diferença entre avaliação e verificação e (re) coloca o resultado no processo como parte da dinâmica do ensino e da aprendizagem e não como alvo principal da atitude avaliativa.

Partindo dessa concepção, é importante citar o Exame Nacional do Desenvolvimento do Estudante - ENADE, enquanto uma avaliação externa para a graduação, que “não tem pretensão de avaliar a aprendizagem, e sim de ser um instrumento que contribua para o processo de aprendizagem (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 213).” O exame, nesse sentido, não é da aprendizagem, verificação, constatação. A questão está no como a IES interpreta os resultados do exame. Ou seja, o problema não está no instrumento e sim

no processo posterior ao instrumento. Pois, a avaliação enquanto pesquisa possibilitará à IES interrogar-se sobre as causas e investir em programas de ações e formações para superar os problemas e deficiências porventura identificados.

Outra emergência anunciada em prol da identidade e papel social da Universidade está em ressignificar os processos a partir dos resultados obtidos nas avaliações externas. Quando a avaliação se pauta apenas nos resultados, reduzimos a Universidade a conceitos e posições. É preciso lembrar que “a Educação Superior não tem apenas a função de desenvolver habilidades e competências para os postos de trabalho, senão, sobretudo, de construir conhecimentos, formar para a vida em sociedade e consolidar valores socialmente relevantes (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 221)”. Além da dimensão profissional, a avaliação também contribuiu para a formação social e a emancipação dos estudantes.

As manobras neoliberais infiltradas no contexto educacional têm avivado a meritocracia e alargado os fatores que colaboram para as desigualdades. A educação no contemporâneo implica interpretar, compreender, por exemplo, os resultados de um exame a partir de diferentes dimensões. Pois,

a avaliação participativa e democrática apresenta vários méritos [...]: a pluralidade de perspectivas e concepções dos participantes internos e externos lhe confere mais validade e riqueza; o comprometimento dos participantes com a avaliação e sua responsabilidade pelas ações de melhoramento que ela sugere (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 221).

Esta vertente, iluminada pela dialética e proposta pelo contemporâneo, investe no protagonismo institucional como caminho possível para ler os resultados dos exames, a partir de lentes multirreferenciais.

Diante dessas inspirações, a avaliação pode ser caracterizada como *espaço* ou *lugar*. O espaço é *oferecido*, o lugar é *construído*.

Considerações finais

Propomos neste artigo problematizar a avaliação na/da educação superior, entre distanciamentos e aproximações da ideia de qualidade. Desta forma, o artigo **é** foi construído a partir dos seguintes recortes: concepção e constituição da avaliação na educação superior; os reflexos da política de avaliação na governança universitária; e, as possibilidades de práticas avaliativas que resgatem a ideia de avaliação como processo e base para a construção de ações e melhorias na educação.

A pesquisa bibliográfica indicou que a preocupação com a avaliação da qualidade e do desempenho institucional na Educação universalizou. Mas, ainda distante de ser assumida como fonte inspiradora para a criação e efetivação de políticas públicas educacionais. A partir do contato com a literatura explorada no artigo, observa-se que a universalização está apenas na qualidade da aplicação do instrumento avaliativo que universaliza o global em detrimento do local. Ou ainda, institui um modelo *universal* de educação como estratégia global.

Outra vertente explorada pelo artigo acentua a crise da governança universitária que tem concebido sua prática numa perspectiva dualista entre: pedagógica ou mercadológica. Essa postura fragmentada tem contribuído de maneira significativa para a desvalorização dos profissionais da educação que são, gradualmente, substituídos ~~troçados~~ por economistas e outros profissionais do mercado produtivo, a fim de atender às demandas, com objetividade, dos reformistas educacionais.

Frente aos desafios e emergências da educação superior e da nova política de avaliação no contemporâneo, demarcou-se a necessidade de criar vias possíveis alternativas que possam abrir novos diálogos para a práxis da avaliação que coaduna com o papel social da educação superior.

Por fim, cabe ressaltar que tal artigo não esgota as múltiplas possibilidades proporcionadas pelo objeto em tela. Desta forma, a realização da presente pesquisa desenha novos horizontes para

outras pesquisas, tais como: a aproximação entre os diferentes instrumentos avaliativos na perspectiva de construir uma tessitura coerente e justa entre os instrumentos de coleta de dados e os processos educativos; criar espaços institucionais que fomentem reflexões acerca da avaliação na educação superior como uma estratégia contra hegemônica, de uso criativo e formativo; e, investir nas práticas autoavaliativas, não menos, mas parte do processo avaliativo que reforçam os valores institucionais bem como sua identidade.

Que a avaliação é importante para a construção de uma universidade genuinamente brasileira, não se discute, mas sim o como fazer e a serviço de que interesses e projetos se deseja construir e que universidade interessa à cidadania e ao desenvolvimento da educação superior no Brasil.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

CALDERÓN, Adolfo; MARTINS, Edivaldo Camarotti (Orgs.). **Rankings acadêmicos e governança universitária no espaço do ensino superior de língua portuguesa**: Angola, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal e Brasil. Brasília, Anpac, 2019. Disponível em: <<http://www.seminariosregionaisanpac.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/RANKINGS-ACADEMICOS-E-GOVERNANCA-UNIVERSITARIA.pdf>> Acesso em: 24 set. 2020.

CASAGRANDE, Renato. A avaliação institucional voltada às perspectivas estratégicas da instituição. In: Colombo, Rodrigues e Colaboradores. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p.219-243.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010, p. 195-224.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000200137&lng=en&nrm=iso>. Acesso em set.2020.

OLIVEIRA, João F. de. (Orgs.). **Políticas e gestão da Educação Superior:** transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. *Gestão da qualidade da Educação Superior: avaliação e currículos.* In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.;

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória:** desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCAGLIONE, Vera Lucia Telles e NITZ, Marcelo. A avaliação da educação superior e a gestão universitária. In: COLOMBO, S. S. (org). **Gestão universitária:** os caminhos para a excelência. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SIGAHI, Tiago Fonseca Albuquerque Cavalcanti; SALTORATO, Patrícia. A EMERGÊNCIA DA UNIVERSIDADE OPERACIONAL: REDES, LIQUIDEZ E CAPITALISMO ACADÊMICO. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 522-546. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000300522&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Set. 2020.

SOUZA, Ana Maria de Lima. Avaliação da aprendizagem no ensino superior: aspectos históricos. **Revista Exitus**, vol.2, nº 01, jan./jun.2012.